

NZO

Memórias Afro-brasileiras

Apresentação das iniciativas
que integram a exposição

NORTE

AMAPÁ

Museu Afro Amazônico Josefa Pereira Lau

O Museu Afro Amazônico Josefa Pereira Lau é um museu comunitário fundado em 25 de maio de 2023, em Macapá, em celebração ao Dia da África. A iniciativa nasceu da transformação da Sala de Memória do Marabaixo, criada em 2019, e foi idealizada pelo Padre Paulo Roberto da Conceição Matias de Souza. O museu resulta de um esforço coletivo de valorização das expressões culturais afro-amapaenses e de reconhecimento da herança africana na Amazônia brasileira. Seu nome homenageia Josefa Pereira Lau, conhecida como Zefinha, ícone da cultura negra do estado, marabaixeira e mãe, falecida em 2019, aos 92. A instituição tem como missão constituir um espaço de inclusão social, educação, cultura, memória e pertencimento, valorizando as vivências da população negra do Amapá.

O acervo reúne saberes, objetos, registros e expressões culturais que evidenciam as relações entre culturas africanas e amazônicas e as experiências da população negra no Amapá. Como museu comunitário vivo, tem na participação da comunidade um elemento central para a preservação e difusão de suas memórias, reafirmando o pertencimento étnico e cultural afro-amazônico. A instituição também busca estimular o diálogo intercultural e fortalecer identidades. Em 2023, foi indicada ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que reconhece iniciativas de difusão do patrimônio cultural brasileiro.

NORDESTE

BAHIA

Casa de Oxumarê

A história da *Casa de Oxumarê* remonta ao início do século XIX e à formação do candomblé no Brasil, marcada pela luta e resistência de africanos escravizados que, mesmo obrigados a abandonar suas terras e laços familiares, não renunciaram à sua cultura e fé. Seu fundador, *Bàbá Tàlábí*, oriundo da cidade Kpeyin Vedji, a noroeste de Abomei (Benim), chegou a Salvador em 1795, na condição de escravizado. Sacerdote de uma das relevantes famílias de culto a Sakpata (*Ajunsún*) na África, teve papel significativo na introdução e difusão do culto aos orixás no Brasil.

Ao longo de sua história, a *Casa de Ôsumàrê* recebeu importantes reconhecimentos. Em 2002, a Fundação Cultural Palmares a reconheceu como território cultural afro-brasileiro; em 2004, o IPAC registrou-a como patrimônio material e imaterial do Estado da Bahia; e, em 2014, foi inscrita nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico como Patrimônio Nacional. Além das atividades religiosas, desenvolve projetos sociais e culturais, atua no combate ao preconceito e à intolerância religiosa e valoriza o legado cultural afro-brasileiro. Desde 1988, institucionalizou-se como Associação Cultural e Religiosa São Salvador. Sivanilton Encarnação da Mata, “Baba Pecê”, é o Olori Egbe responsável pelo Ilê Axé Oxumarê e lidera a instituição desde 1991.

Ilê Axé Inginguê Omorossí

Fundado em 1992, o *Ilê Axé Inginguê Omorossí* (IAIO), localizado em Salvador (Bahia), é uma casa de tradição nagô-vodum dedicada ao culto de Pai Obaluaiê, orixá regente do Ilê, e aos demais orixás da Nação Ketu. Sob a liderança do Babalorixá Edvaldo Jones, o IAIO descende do *Ilê Axé Ijino Ilu Orossí* e tem raízes ancestrais em Pai Miguel Deuandá, Yá Ylukeran (Aláide Pereira Santos) e Baba Lokanfu Toluayê (José Antônio de Obaluaiê). Sua missão é manter viva a continuidade e a sobrevivência das religiões de matriz africana, compreendendo a religiosidade também como uma força transformadora no campo social.

Em 2024, foi criado o *Memorial Ekedí Onitoju*, espaço permanente dedicado à preservação, valorização e difusão das memórias do terreiro. Viabilizado com apoio da Lei Paulo Gustavo, homenageia a primeira ekedí da Casa e reúne documentos, fotografias, vídeos, livros da Biblioteca Pai Cariri e objetos rituais e tridimensionais. Com recursos de acessibilidade, como e-book com audiodescrição, QR codes em braile e piso tátil, o Memorial amplia o acesso às suas memórias. De enfoque comunitário e técnico, reafirma os terreiros como arquivos vivos e territórios de resistência ao racismo religioso, fundamentais para a preservação da memória e dos saberes afro-brasileiro

Ilê Axé Opô Aganju

Fundado em 1972 pelo Babalorixá Balbino Daniel de Paula (*Obaràyí*), em Lauro de Freitas (Bahia), o Terreiro *Ilê Axé Opô Aganju* constitui um marco do candomblé Ketu e da história de Vila Praiana. A instituição consolidou-se como polo de acolhimento social, salvaguarda da memória afro-brasileira e conexão espiritual e intelectual entre o Brasil e o universo cultural iorubá. Sua atuação orienta-se pela valorização das lideranças tradicionais, pela educação comunitária e pela continuidade dos saberes ancestrais transmitidos por *Obaràyí* e por referências centrais do candomblé baiano, como Pierre Verger (Pai Fatumbi), Mãe Senhora e Egbomi Cici de Oxalá.

O acervo da casa reúne fotografias históricas registradas por Fatumbi, recortes de jornais sobre Mãe Senhora e Pai Balbino, esculturas, livros, registros de festividades e objetos litúrgicos e pessoais provenientes do Brasil e de nações africanas, reunidos por *Obaràyí* em sua viagem. Parte do conjunto recebeu documentação museológica inicial por meio do Edital Mãe Gilda de Ogum (Ministério da Igualdade Racial/Fiocruz), em trabalho conjunto entre a comunidade de terreiro e museólogos de Salvador. O acervo evidencia os trânsitos transatlânticos e contribui para a preservação da memória viva do candomblé Ketu e de suas confluências afrodiaspóricas.

Memorial Mãe Menininha do Gantois

Criado em 10 de fevereiro de 1992, o *Memorial Mãe Menininha do Gantois* é um espaço pioneiro dedicado à preservação da memória e da religiosidade de matriz africana na Bahia. Integrado ao espaço sagrado do Terreiro do Gantois, em Salvador, é considerado o primeiro espaço museal do país dedicado à trajetória de uma personalidade religiosa afro-brasileira. Sua criação constitui um marco na museologia afro-brasileira, reafirmando a tradição egbá-arakê/jeje-nagô e o reconhecimento das comunidades de terreiro como guardiãs da memória e do patrimônio cultural brasileiro.

Seu acervo reúne mais de 500 peças, entre objetos civis e religiosos, fotografias, documentos e elementos litúrgicos, organizados em três núcleos expositivos: o espaço da mulher, Maria Escolástica; o espaço da sacerdotisa, Mãe Menininha; e a ambientação de seu aposento. Ao revelar o sentido dos objetos e registros em seus contextos simbólico e religioso, o Memorial contribui para a valorização do patrimônio material e imaterial afro-brasileiro. Reconhecido como Ponto de Memória pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e premiado pelo Programa IberoMuseus na área de educação, constitui uma tecnologia social de uma comunidade tradicional de matriz africana, detentora e transmissora de saberes.

Museu Afro Brasileiro da Universidade Federal da Bahia – MAFRO/UFBA

O MAFRO/UFBA – Museu Afro Brasileiro da Universidade Federal da Bahia foi inaugurado em 7 de janeiro de 1982, no local onde funcionaram o Real Colégio dos Jesuítas, entre os séculos XVI e XVIII, e, a partir de 1808, a primeira Escola de Medicina do Brasil. Seu projeto original, de 1974, foi concebido pelo antropólogo e fotógrafo Pierre Verger e desenvolvido no início da década de 1980 pela arquiteta Jacyra Oswald, pela etnolinguista Yeda Pessoa de Castro, além de professores, pesquisadores da Universidade e consultores externos. Vinculado ao Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, sua criação respondeu à necessidade de um espaço para coleta, preservação e divulgação de acervos das culturas africanas e afro-brasileiras.

O museu busca estreitar as relações da comunidade local com a África e compreender a importância do continente na formação da cultura brasileira. Entre 1997 e 1999, sob coordenação do museólogo Marcelo Cunha, passou por um processo de renovação da exposição, posteriormente redimensionada. Desde a década de 1990, sua gestão técnico-administrativa é realizada por docentes do Departamento de Museologia da UFBA, consolidando o MAFRO como espaço de investigação e ensino em museologia. O museu promove cursos, exposições temporárias, pesquisas, publicações e atividades de ensino e extensão, oferecendo subsídios a pesquisadores e estudantes.

Museu Pai Dadá

Criado em 2024, o *Museu Pai Dadá* tem como objetivo salvaguardar as tradições ancestrais, preservar e perpetuar a cultura das famílias da Reserva da Sapiranga e de Praia do Forte, na Bahia. Seu nome homenageia Pai Dadá, pai de Adauto Poeta, Juiz de Paz, pescador e nativo de Praia do Forte, pertencente à primeira geração das famílias que deram origem à Vila de Praia do Forte. Gerido por Adauto Poeta, líder comunitário, benzedeiro, cantor, compositor, ator, artista e ativista ambiental, o museu constitui um espaço comunitário de memória e pertencimento, articulado às histórias e aos modos de vida da população local.

Inserido em meio à Mata Atlântica, o *Museu Pai Dadá* oferece ao público uma atmosfera que articula cultura, educação, arte, gastronomia e turismo. Protagonizado pela comunidade, o espaço acolhe festivais de música, oficinas, saraus de poesia e atividades de dança e gastronomia, fortalecendo a circulação e a transmissão de saberes tradicionais locais. Mais do que um local de visitação, o museu atua na salvaguarda e difusão das memórias e tradições da região, aproximando patrimônio cultural, território, natureza e participação comunitária.

Projeto Ewé Lati Wòsàn: Folha pra Curar - Museu Digital

O *Ewé Lati Wòsàn: Folha pra Curar* é um projeto de Museu Digital dedicado à produção, preservação e disseminação de conhecimentos sobre o saber-fazer relacionado ao uso das ervas em práticas litúrgicas e comunitárias de saúde dos terreiros de candomblé. Fundamentado na cosmovisão dessas comunidades, na qual corpo, mente e espírito estão interligados, o projeto integra a pesquisa doutoral *Ewé Lati Wòsàn: Folha pra Curar – Museu Digital* sobre a Memória do Saber-Fazer de Utilização das Ervas como Formas de Cura pelos Religiosos de Terreiros de Candomblé em Cachoeira e São Félix, Recôncavo Baiano, desenvolvida no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Com proposta aberta e colaborativa, o Museu Digital tem como ponto de partida os dados coletados pela pesquisadora Daniela Moreira nos municípios de Cachoeira e São Félix, no Recôncavo Baiano, e busca ampliar seu acervo com contribuições de terreiros de diferentes regiões do país. Ao reunir e compartilhar conhecimentos sobre as propriedades e formas de utilização das ervas, o projeto contribui para a valorização e salvaguarda de saberes tradicionais, fortalecendo a memória das comunidades de terreiro e ampliando o acesso a conhecimentos relacionados ao uso das plantas tanto em contextos litúrgicos quanto no cotidiano.

ZUMVÍ Acervo Afro Fotográfico

O *ZUMVÍ Arquivo Afro Fotográfico* foi idealizado, em 1990, por Lázaro Roberto, Aldemar Marques e Raimundo Monteiro, três jovens negros das periferias de Salvador, na Bahia. Fotógrafos afrodescendentes comprometidos com o registro de atividades culturais, políticas e da produção da cultura afro-brasileira, fizeram da documentação e da preservação da memória o centro de suas práticas.

“Fotografar para o futuro” orientava esse trabalho, que, sem essa pretensão inicial, constituiu um “Quilombo visual”: uma afro-maneira de registrar e criar um arquivo de memórias imagéticas da população negra.

O nome “Zumví” é uma palavra fotográfica criada a partir de “Zum”, da lente, e “Vl”, do olho: “É a capacidade que a lente Zum tem de buscar a realidade que está longe, para perto”. Ao longo de mais de 30 anos, o Zumví registrou manifestações do movimento negro e o cotidiano de afrodescendentes, com especial atenção à memória do movimento negro baiano, reunindo cerca de 30 mil negativos sobre a cultura afro-baiana. Nos últimos dez anos, Lázaro Roberto e o historiador José Carlos Ferreira atuaram na digitalização e organização do arquivo, ampliando a equipe e viabilizando projetos e exposições, como a participação na 35ª Bienal de São Paulo. Atualmente, a instituição também desenvolve ações educativas e mantém sua sede no Pelourinho.



Acervo dos Santos: Música dos Orixás, Caboclos e Encantados

O Acervo dos Santos: Música dos Orixás, Caboclos e Encantados é uma iniciativa sediada em Fortaleza (Ceará), dedicada à preservação da memória sonora das religiões afro-brasileiras. Desde 2024, integra a Rede de Acervos Afro-Brasileiros e reúne fonogramas produzidos entre as décadas de 1930 e 1990, registrados em discos de cera, discos de vinil (33, 45 e 78 rpm) e fitas cassete. O projeto tem como missão salvaguardar, difundir e valorizar os saberes ancestrais expressos nas músicas dos terreiros, reconhecendo os cânticos de Macumba, Umbanda e Candomblé como manifestações de espiritualidade, resistência e criação coletiva.

O acervo sonoro constitui importante documento de memória e resistência afrodiaspórica, reunindo repertórios de rituais, cantos e performances que registram a presença dos Orixás, Caboclos e Encantados na cultura brasileira. Para além da preservação física e digital dos fonogramas, o projeto desenvolve ações de educação patrimonial e relações étnico-raciais, promovendo oficinas, escutas coletivas e audições públicas. Entre as iniciativas de difusão destaca-se o programa de rádio Saravah Soundz, veiculado pela Universitária FM 107,9; além de atividades realizadas em terreiros de Umbanda de Fortaleza. Essas ações aproximam comunidades, pesquisadores e devotos, fortalecendo a partilha dos saberes e das sonoridades sagradas.

Museu Arthur Ramos | Casa de José de Alencar

O Museu Arthur Ramos integra a Casa José de Alencar, equipamento cultural da Pró-reitoria de Cultura da Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza. Entre suas sete coleções, destaca-se a de Arthur Ramos. O museu possui duas exposições permanentes: *Rendas de Bilros* e *Cultura e Religião Afro-Brasileira*. Esta última reúne peças de arte e artefatos sagrados relacionados às espiritualidades africanas, afro-brasileiras e indígenas, incluindo objetos associados aos Candomblés e às Umbandas. Trata-se de uma das principais coleções brasileiras de caráter etnográfico sobre religiões afro-brasileiras, com parte significativa das peças proveniente do acervo pessoal do antropólogo Arthur Ramos, do século XX.

O conjunto também reúne peças religiosas apreendidas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e pela Delegacia de Investigações e Capturas (DIC) do Ceará, em data não identificada, e posteriormente doadas ao Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará (IAUC), onde permaneceram entre 1958 e 1968, antes de integrarem a *Casa José de Alencar*. Atualmente, as coleções passam por um processo de organização que envolve higienização, catalogação, identificação de documentos associados e digitalização. O trabalho busca ampliar a circulação e o acesso aos acervos e fortalecer sua dimensão educativa, em diálogo com a criação do Núcleo Educativo da Casa José de Alencar e com a produção de catálogos e materiais didáticos.

MARANHÃO

Cafua das Mercês | Museu do Negro

A *Cafua das Mercês*, também conhecida como *Museu do Negro*, em São Luís (Maranhão), foi inaugurada em 5 de fevereiro de 1975, com a missão de divulgar e preservar a história afrodescendente do estado. O prédio, construído no século XVIII e posteriormente adaptado para receber o museu, está localizado próximo ao antigo Porto do Desterro, por onde desembarcavam navios vindos da África. O local funcionou como depósito e espaço de comércio de pessoas escravizadas. O termo “cafua”, de origem banto, possui, entre seus significados, “cova”, “caverna” e “lugar escuro”. O acervo inicial foi reunido pela museóloga Jenny Dreyffus e pelo escritor José Jansen.

Seu acervo reúne peças e documentos relacionados à história da escravidão, objetos de religiosidade afro-brasileira e peças de arte africana provenientes de países como Benim, Costa do Marfim, Gabão, Guiné-Bissau e Mali. Destacam-se objetos relacionados ao culto e às cerimônias religiosas afro-maranhenses, como o Tambor de Mina, dedicado ao culto dos voduns, além de práticas de cura e pajelança. O museu recebe diariamente centenas de visitantes e desenvolve atividades e parcerias com casas de culto afro-brasileiro, incluindo exposições, oficinas e visitas mediadas. Essas ações contribuem para a preservação e a difusão das memórias e expressões culturais afro-maranhenses.

RIO GRANDE DO NORTE

Casa Afropoty Sociedade Afrocentrada

A Casa Afropoty Sociedade Afrocentrada é uma organização potiguar articulada por artistas e pesquisadores, dedicada à valorização das artes e memórias afro-brasileiras. Sediada em Natal, no Rio Grande do Norte, contrapõe-se às narrativas de apagamento e não existência, resgatando a história afro-potiguar por meio da pesquisa e da prática estética. Suas ações estruturam-se em três eixos: cuidado e segurança, voltados a ativistas negras; educação e culturas tradicionais, desenvolvidas no Quilombo Flor de Milho e pelo Grupo de Estudos de Capoeira Angola Dona Cora, com foco no acolhimento de mulheres, pessoas negras, crianças e público LGBTQIAP+; e pesquisa, arte-educação e criação, que abrangem o ateliê coletivo e o Festival de Arte Urbana Cores do Beco.

A instituição atua na organização e salvaguarda de acervos com referências culturais, religiosas, políticas e intelectuais do estado. Seu acervo fotográfico e filmográfico incide no campo das representações ao documentar a pluralidade de vivências, estéticas e identidades afro-potiguares. Ao mobilizar linguagens criativas, como as artes visuais, a performance e o audiovisual, na construção de narrativas afro-referenciadas, a *Casa Afropoty* consolida-se como um espaço vivo de memória, formação comunitária e afirmação do patrimônio negro potiguar.

CENTRO-OESTE

DISTRITO FEDERAL

Instituto Memorial Lélia Gonzalez

O Instituto Memorial Lélia Gonzalez (IMELG) surge do compromisso familiar e comunitário com a salvaguarda, difusão e atualização do legado intelectual, político e cultural de Lélia Gonzalez (1935–1994), referência central do pensamento negro contemporâneo e do feminismo amefricano. Estruturado como organização sem fins lucrativos, o instituto dedica-se à preservação e ao tratamento técnico de seu acervo pessoal, composto por manuscritos, correspondências, fotografias, objetos, registros iconográficos e materiais audiovisuais. Esse conjunto arquivístico documenta a trajetória de uma das intelectuais fundamentais para as discussões sobre raça, classe e gênero no Brasil e na América Latina.

Para além da conservação documental, o IMELG atua na difusão pública desse patrimônio promovendo exposições, seminários, conferências, rodas de conversa e atividades formativas voltadas ao aprofundamento do pensamento da autora. Em constante diálogo com instituições de ensino, espaços culturais e centros de pesquisa, o instituto articula redes estratégicas de interlocução nas áreas de cultura, educação antirracista, museologia social e memória afro-brasileira, promovendo a circulação e a atualização do pensamento de Lélia Gonzalez e de seu legado para as lutas por emancipação social e igualdade racial.

SUDESTE

ESPÍRITO SANTO

Museu de Arte das Paneleiras do Espírito Santo

O Museu de Arte das Paneleiras do Espírito Santo (MAPES), situado em Vitória (Espírito Santo), dedica-se à preservação da memória e à valorização das Paneleiras de Goiabeiras, cujo ofício foi reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como o primeiro bem cultural registrado como Patrimônio Imaterial no Livro de Registro dos Saberes. Criado com a participação ativa da comunidade, o museu reúne um acervo formado por contribuições dos próprios moradores, composto por painéis de barro, fotografias, indumentárias, materiais sonoros e literários, documentos históricos e uma coleção de bonecos de barro da artista panelreira Ana Ferreira da Conceição, conhecida como “Mãe Ana”.

Mais do que um espaço de preservação de objetos, o MAPES é um ponto de encontro cultural e um espaço vivo de ativismo, no qual saberes e fazeres tradicionais se transformam em experiências compartilhadas por meio de oficinas, rodas de conversa, palestras e exposições de documentários. O museu também valoriza outras manifestações culturais de Goiabeiras Velha, como a Banda de Congo Panela de Barro, a Folia de Reis, a Festa do Boi Estrela e a Procissão de São Sebastião, além dos modos de vida relacionados ao manguezal de Vitória. Nesse contexto, o acervo evidencia a centralidade das mulheres na preservação e na transmissão dos saberes ligados ao barro capixaba.

MINAS GERAIS

Acervo Fotográfico Nagôgrafia

Originada como projeto de pesquisa fotográfica no bairro da Concórdia, em Belo Horizonte (Minas Gerais) — território de expressiva presença de povos de terreiro —, a iniciativa *Nagôgrafia* consolidou-se como arquivo visual e documental dedicado às tradições de matriz africana. Em 2019, participou do inventário do Ilê Axé Afonjá Oxeguiari como parte das ações de reconhecimento do patrimônio cultural do município. A partir dessa experiência, ampliou sua metodologia de registro fotográfico, passando a documentar outras tradições afro-brasileiras e a constituir um acervo dedicado à memória das comunidades de terreiro. Ao longo de seis anos, registrou 30 comunidades tradicionais, integrou 20 exposições e 10 produções audiovisuais e ampliou seu acervo, recebendo diferentes reconhecimentos e premiações. Em 2024, passou a integrar a Rede de Acervos Afro-brasileiros do *Museu Afro Brasil Emanuel Araújo* e recebeu o *Prêmio Dona Generosa*, do *Museu dos Quilombos e Favelas Urbanas (MUQUIFU)*.

O conceito de Nagô evoca a diáspora iorubana em Minas Gerais, articulada pela Nação Ketu e pela linhagem de Carlos Olojukan, fundador do pioneiro *Ilê Wòpò Olójúkàn* em 1964. Através do projeto *Nagôgrafia – Museu dos Caminhos Negros*, a iniciativa constrói uma cartografia histórica a partir de fotografias e testemunhos orais, evidenciando encruzilhadas e cânones negros. Ao entrelaçar diferentes territórios diaspóricos por meio de seu acervo, o projeto se afirma como um fio condutor da memória social, do sagrado e das ancestralidades afro-brasileiras.

Centro de Preservação da Memória Negra de Juiz de Fora e Região

Criado em 30 de junho de 2025, em Juiz de Fora (Minas Gerais), vinculado à Secretaria Especial da Igualdade Racial (SEIR), o *Centro de Preservação da Memória Negra de Juiz de Fora e Região (CenPre)* está localizado no Paço Municipal. Fundamentado na museologia social, estrutura suas ações a partir da participação ativa da comunidade negra, de artistas e pesquisadores na construção de seu patrimônio e suas atividades. Sua missão é salvaguardar saberes, memórias e patrimônios afro-brasileiros, estimulando o diálogo intergeracional por meio de iniciativas como o ciclo de estudos *Epistenegrologias Insurgentes*, os encontros *Chá Preto*, o cineclube *Cine Fanon* e a criação da *Afroteca*, voltada ao público infantojuvenil em parceria com a Secretaria de Educação.

O acervo da instituição é constituído de forma colaborativa por meio de doações, empréstimos e termos de guarda comunitários. O conjunto reúne vestimentas, fotografias, artes visuais, esculturas, ferramentas, imaginária sacra, documentos, discos, livros e utensílios domésticos marcados pelo valor afetivo e pelas memórias familiares da região. Ao articular preservação material, pesquisa e mobilização cidadã por meio de ações museológicas, o CenPre consolida-se como território de garantia de direitos e de afirmação dos saberes e do protagonismo da população negra.

RIO DE JANEIRO

Acervo Maria Buzanovsky

O *Acervo Fotográfico Maria Buzanovsky* teve início em 2009, no Rio de Janeiro, a partir dos registros realizados pela fotógrafa e historiadora sobre manifestações culturais afro-brasileiras. Desde então, Maria acompanha e documenta o funk, o passinho, o Carnaval e, especialmente, a capoeira no Brasil e no exterior, registrando suas mestras e mestres, grupos, territórios e tradicionais rodas de capoeira. Seu trabalho integra diferentes projetos de memória e salvaguarda, contribuindo para preservar, difundir e fortalecer essas expressões culturais e seus protagonistas. Nesse contexto, a fotografia constitui também um instrumento de documentação e valorização das práticas culturais e de suas dinâmicas sociais.

O acervo reúne extensa documentação fotográfica, com imagens de rodas de Capoeira, festas populares, grupos de dança e música e cenas do cotidiano. Suas fotografias integram coleções do *Museu de Arte do Rio (MAR)*, do *Museu Janete Costa de Arte Popular* e do Inventário do-s Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos no Brasil, da UNESCO, além de comporem exposições e projetos gráficos, como artes para álbuns musicais. Entre seus reconhecimentos, destaca-se o Prêmio Mário de Andrade de Fotografias Etnográficas do IPHAN, recebido em 2022 pela série *Minha sereia é rainha do mar: Festa da Capoeira na Festa de Yemanjá*.

Instituto Abdias Nascimento de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros – Ipeafro

Fundado em 1981, no Rio de Janeiro, por Abdias Nascimento e Elisa Larkin Nascimento, como *Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros*, o Ipeafro é uma instituição sem fins lucrativos estruturada em quatro eixos de atuação: ensino, pesquisa, cultura e documentação. Sua missão está voltada à salvaguarda, articulação e difusão do acervo e legado de Abdias Nascimento (1914–2011) — artista visual, escritor, dramaturgo, parlamentar e professor, além de referência internacional na luta antirracista, indicado ao Nobel da Paz em 2009 e inscrito no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Sua base documental subsidia cursos, publicações, fóruns e exposições dedicadas ao ensino da história e das culturas africanas e afro-brasileiras.

O acervo do Ipeafro reúne documentos impressos e manuscritos, imagens, obras de arte e materiais audiovisuais, abrangendo o período de 1926 à contemporaneidade e registrando a trajetória de Abdias e das entidades por ele fundadas. Reconhecido pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e inscrito no Registro Memória do Mundo da UNESCO nos âmbitos Brasil e América Latina e Caribe, o conjunto é disponibilizado em plataformas digitais e por meio de mostras públicas, consolidando-se como uma importante fonte documental para a pesquisa histórica, a preservação da memória social e a afirmação do protagonismo negro na diáspora.

Instituto Djalma Corrêa

Dedicado à salvaguarda, à difusão e à pesquisa da obra do percussionista, compositor e pesquisador Djalma Corrêa (1942–2022), o *Instituto Djalma Corrêa*, sediado em Guaratiba (Rio de Janeiro), é responsável, desde 2022, pela gestão de seu acervo. Figura central da música afro-brasileira no século XX, o artista construiu uma trajetória ímpar que articulou os terreiros de candomblé da Bahia, os Seminários Livres de Música, o pré-tropicalismo, a Música Popular Brasileira (MPB) e os circuitos internacionais de jazz e world music. A instituição atua no tratamento técnico e na digitalização de matrizes analógicas originais, ampliando o acesso público por meio de seu Museu Virtual, uma plataforma educativa e acessível dedicada à difusão de sua produção artística e intelectual.

O acervo reúne mais de 10 mil itens digitalizados, entre eles cerca de 6 mil fotografias, 100 películas em Super-8, 500 gravações sonoras de campo, 200 documentos iconográficos e centenas de fitas magnéticas de áudio e vídeo com registros de shows e ensaios. O conjunto preserva registros raros de manifestações populares da Bahia nas décadas de 1960 e 1970, pesquisas pioneiras com música eletrônica no país, além de partituras e materiais inéditos da MPB. Ao reunir e preservar esse patrimônio, o acervo constitui uma importante fonte para a memória sonora, artística e cultural de matriz afrodiaspórica no Brasil.

Memorial Cristóvão Lopes dos Anjos | Àse Olorokè Ilé Ògún Anaeji Ìgbele Ni Oman

Localizado em Duque de Caxias (Rio de Janeiro), o *Àse Olorokè Ilé Ògún Anaeji Ìgbele Ni Oman – Lokiti-Efon* abriga o Memorial Cristóvão Lopes dos Anjos, dedicado à salvaguarda e à difusão das tradições religiosas de matriz africana. Vinculado à Nação Efon e centrado no culto a *Ògún*, o memorial homenageia a liderança espiritual e o legado comunitário de Cristóvão Lopes dos Anjos, cujos ensinamentos orientam as ações da casa. A instituição atua como território de celebração, resistência e transmissão pedagógica, fortalecendo a visibilidade e o reconhecimento das práticas litúrgicas e das cosmologias afro-brasileiras nos circuitos culturais e museológicos do país.

O acervo do memorial reúne um conjunto diversificado de documentos arquivísticos, materiais bibliográficos, produções acadêmicas, obras artísticas, fotografias e registros videográficos dedicados à história e às vivências religiosas da Nação Efon. Esse patrimônio material e imaterial preserva testemunhos de ritos, festividades tradicionais e saberes ancestrais, expressando a dimensão simbólica e estética do território sagrado. Por meio da organização e difusão de sua memória documental, o Memorial Cristóvão Lopes dos Anjos reafirma a continuidade das tradições de terreiro e a consolidação das identidades afrodiaspóricas.

Museu Memorial Oxum | Egbe Ilê Iya Omidaye Ase Obalayo

Nascido do projeto *Matrizes que Fazem Memórias*, o Museu Memorial Oxum está vinculado ao *Egbè Ilê Ìyá Omidayè Asé Obálayó*, terreiro de nação Ketu fundado na década de 1950, em São Gonçalo (Rio de Janeiro), por Mãe Ivone de Oxóssi e liderado por Mãe Márcia D'Oxum, ambas iniciadas pela ialorixá Mãe Menininha do Gantois. Reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e pelo Sistema Estadual de Museus do Rio de Janeiro desde 2018, o terreiro foi tombado em 2022, como Patrimônio Material e Imaterial do Estado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC/SECEC). A instituição atua como polo de salvaguarda da memória e de promoção da cidadania, articulando saberes tradicionais, sustentabilidade, direitos humanos e diálogo comunitário contínuo entre o terreiro e a sociedade.

Seu acervo reúne objetos rituais, heranças familiares, documentos e obras artísticas relacionadas a ações afirmativas, como os projetos *Matrizes que Fazem* e *Matrizes que Brincam*. A estrutura também abriga biblioteca, brinquedoteca, o espaço sagrado de ervas Ibô/Labô e a inovadora iniciativa de etnoturismo em 3D de terreiro. Com forte atuação pública, protagonizou a Entronização do Oxê de Xangô nos Tribunais de Justiça do Rio de Janeiro e de São Paulo e articulou a *Cartilha de Direitos dos Povos Tradicionais de Matrizes Africanas*, consolidando-se como referência em museologia social e na preservação da memória afro-brasileira.

SÃO PAULO

Asè Alaketù Ilè Ogun

Fundado em 1972 por Pai Tonhão de Ogun, o *Asè Alaketù Ilè Ogun* é um tradicional terreiro de Candomblé da nação Ketu, localizado em Santo André (São Paulo). Atualmente conduzido por sua filha carnal e sucessora espiritual, *Ìyálórísà* Emanuela de *Sàngó*, o terreiro mantém, há mais de cinco décadas, uma atuação voltada à preservação das culturas de matriz africana e à valorização dos saberes tradicionais. Sua trajetória também se relaciona à educação, ao acolhimento comunitário, à luta contra a intolerância religiosa e à afirmação da cultura negra, constituindo um espaço de resistência e continuidade da ancestralidade afro-brasileira.

No *Asè Alaketù Ilè Ogun*, o acervo não se limita a objetos materiais: constitui-se também nas práticas de culto, nos cantos, nas memórias, nos saberes e nos modos de fazer transmitidos entre gerações. Nesse sentido, a casa pode ser compreendida como um patrimônio vivo, compartilhado pela comunidade e continuamente atualizado por meio de seus conhecimentos e práticas. Mais do que preservar referências do passado, o terreiro produz e transmite formas de conhecimento, fortalecendo a epistemologia de terreiro e a continuidade das tradições da nação Ketu. Sua presença reafirma o papel das comunidades tradicionais na salvaguarda da memória e do patrimônio cultural afro-brasileiro.

Associação Beneficente Cultural e Religiosa

Casa de Culto Afro-Brasileiro - Ilê Asé Sobo Oba Àrirá

Fundado em 12 de janeiro de 1987, em Santos (São Paulo) e liderado pelo Babalorixá Marcelo de Logun Edé, o *Ilê Asé Sobo Oba Àrirá* é uma tradicional Casa de Culto Afro-Brasileiro do Candomblé, estruturada como associação beneficente, cultural e religiosa. Ao longo de sua trajetória, consolidou-se como polo de resistência cultural e salvaguarda das tradições de matriz africana. Atuando na promoção da igualdade racial, no combate ao racismo e na defesa da liberdade de culto, a instituição também participa de espaços de representação política, como o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Santos, articulando fé, cidadania e mobilização social na Baixada Santista.

A dimensão pública e patrimonial da casa se expressa em marcos decisivos da memória afro-brasileira no litoral paulista. O Ilê organiza a tradicional Procissão de Iemanjá em Santos, registrada como Patrimônio Cultural Imaterial do município, e idealizou a instalação da Estátua de Iemanjá na orla, em 2021, marco de reconhecimento e afirmação das religiões de matriz africana na cidade. Certificado pelo Ministério da Cultura como Pontão de Cultura no âmbito da Política Nacional de Cultura Viva, em 2024, o *Ilê Asé Sobo Oba Àrirá* reafirma o terreiro como território ancestral vivo, indispensável à preservação dos saberes e do patrimônio afrodiaspórico.

Baixada do Glicério Viva: Projeto de Educação Patrimonial e Ambiental

Criada em novembro de 2022, a iniciativa *Baixada do Glicério Viva: Projeto de Educação Patrimonial e Ambiental* atua na região central de São Paulo, reconhecida como a primeira periferia da cidade. O projeto busca combater o silenciamento das memórias de populações negras, indígenas, afro-caribenhas, migrantes e nordestinas na região da várzea do rio Tamanduateí. Espaço de resistência e ancestralidade, o território abrigou a Frente Negra Brasileira, a Escola de Samba Lavapés, o Morro do Piolho e o Centro Cultural Palmares, além de terreiros, batuques e jongs. Com foco em direitos humanos e reparação histórica, a iniciativa desenvolve ações formativas em parceria com coletivos e entidades locais.

Seu acervo digital e colaborativo reúne pesquisas documentais e etnográficas sobre territorialidade negra, memória social e religiosidades afro-indígenas. A coleção preserva histórias de vida e tradições diaspóricas, como a Queima das Flores, do cordel, dos encontros Krik Krak! (USIH) e práticas culturais da Guiné-Conacri, abrangendo máscaras, indumentárias e instrumentos musicais. Por meio de cartografia social, caminhadas patrimoniais e formação docente, o projeto fortalece o reconhecimento da Baixada do Glicério como território de memória, de salvaguarda patrimonial e afirmação comunitária.

Casa Museu Ema Klabin

A *Casa Museu Ema Klabin* é uma instituição privada, sem fins lucrativos, dedicada à salvaguarda, à pesquisa e à difusão do acervo reunido por Ema Gordon Klabin (1907-1994). Empresária, colecionadora e filantropa atuante na cena cultural paulistana, Ema transformou sua residência em espaço museológico aberto ao público. Seu patrimônio é composto por cerca de 15 mil itens, distribuídos entre acervos museológico, arquivístico e bibliográfico, abrangendo pinturas, esculturas, mobiliário, artes decorativas e documentos de diferentes origens e períodos históricos.

No conjunto afro-brasileiro e africano, a instituição abriga peças de expressivo valor histórico e simbólico. A Coleção de Arte Africana reúne esculturas, máscaras e objetos rituais provenientes da costa ocidental e da região central do continente, incluindo representações de divindades e insígnias, como os ibeji e os oxês de Xangô. Na coleção de Arte Brasileira, destacam-se talhas e elementos arquitetônicos de autoria de Mestre Valentim, remanescentes da Igreja de São Pedro dos Clérigos (Rio de Janeiro), demolida em 1943. O núcleo de prataria inclui ainda uma penca de balangandãs baiana do século XIX, composta por 26 berloques em prata, ouro, osso e madeira, associada à cultura visual das joias de crioula e às cosmologias afrodiaspóricas.

Casa Sueli Carneiro

A *Casa Sueli Carneiro* é uma instituição negra dedicada à continuidade e à expansão do legado ativista, político e intelectual de Sueli Carneiro, bem como das trajetórias do movimento de mulheres negras e do movimento negro brasileiro. Localizada no imóvel que, por quatro décadas, foi residência da filósofa e ativista, a instituição abriu suas portas ao público em junho de 2024. Transformada em um território vivo de criação, circulação e articulação de saberes, a Casa atua na valorização da memória, na produção cultural e educacional e na incidência política, reafirmando a centralidade da população negra na construção da justiça e da democracia.

Iniciado em setembro de 2021, o processo de organização do acervo reúne mais de 4 mil documentos, livros e registros acumulados desde a década de 1970. Disponível nas modalidades presencial e digital, o conjunto constitui uma fonte essencial de pesquisa e um instrumento de formação, ampliando a compreensão da obra e da militância de Sueli Carneiro. Orientado pelas diretrizes da intelectual e de sua família, o processo também promove a formação de profissionais negras em práticas arquivísticas, contribuindo ativamente para o fortalecimento e a salvaguarda de outras iniciativas de memória dos movimentos negros em todo o país.

Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira - EAACONE

Criada em 1995, no Quilombo de Praia Grande, em Iporanga (São Paulo), a *Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira* (EAACONE) tem como missão identificar, articular e assessorar comunidades quilombolas, com ênfase no resgate cultural e na conquista da terra e do território. Sua criação foi impulsionada pela Constituição Federal de 1988, especialmente pelo Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que reconhece a propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. O processo de conscientização promovido pela entidade envolveu a autoidentificação das comunidades, a recuperação de sua história junto aos órgãos públicos, a formação de associações e o encaminhamento da documentação para a titulação dos territórios.

Registrada em 2004, a EAACONE atua na luta pelo direito à terra e ao território, prestando assessoria política e jurídica a comunidades de municípios do Vale do Ribeira, em São Paulo e no Paraná. Seu acervo, organizado desde 1989, reúne documentos, fotografias, vídeos, livros, jornais, matérias jornalísticas, projetos, relatórios, cartas, faixas, artesanatos, entre outros materiais. A coleção salvaguarda a memória dos processos de luta e organização fundiária das comunidades quilombolas da região, da atuação do Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB), dos encontros de mulheres quilombolas realizados na década de 1990 e da mobilização contra o projeto da Barragem de Tijuco Alto.

Frente Ilê Odé | Ilê Asé Odé Ibualamo

A trajetória do *Ilê Asé Odé Ibualamo* remonta a Canavieiras (Bahia), onde João Canavieiras preservava as tradições de matriz africana que deram origem à sua linhagem espiritual. Na década de 1960, a perseguição religiosa forçou a família a migrar para São Paulo. Nos anos 1980, Mãe Caçailê assentou em Carapicuíba (São Paulo), junto ao Córrego do Cadaval, as bases do terreiro, consolidando-o como polo de acolhimento e afirmação afro-brasileira. Com seu falecimento em 1997, Mãe Zana assumiu a liderança e a defesa do território. Em dezembro de 2022, durante obras de canalização, o espaço foi demolido e seus assentamentos sagrados soterrados, resultando na destruição de mais de 90% do acervo material da comunidade.

Diante da violação, Mãe Zana articulou a Frente Ilê Odé e estruturou o projeto *A destruição do terreiro Ilê Asé Odé Ibualamo: patrimônios e caminhos da reparação*. A mobilização envolveu pesquisadores, representantes do Judiciário e lideranças tradicionais, dando origem a um acervo contemporâneo composto por registros da história oral, fotografias comunitárias, materiais audiovisuais e objetos remanescentes do salão principal. Sistematizado na plataforma digital lançada em 2024, esse acervo documenta a travessia de Canavieiras a Carapicuíba, constituindo um testemunho de re-existência, memória viva e salvaguarda do patrimônio afro-brasileiro.

Ilé Ìyá Ódò Àsè Aláàfin Òyó

Fundado em 1991, na Vila Ré, zona leste de São Paulo, o *Ilé Ìyá Ódò Àsè Aláàfin Òyó* constitui uma Unidade Territorial dos Povos Tradicionais de Matriz Africana de tradição Yoruba/Ketu. Atuando como espaço comunitário e quilombo urbano periférico, consolidou-se, ao longo de mais de três décadas, como referência cultural, religiosa e de resistência social. Em 2020, essa trajetória impulsionou a criação do Centro de Referência e Resgate da Cultura Afrobrasileira e Indígena (CRRCABI – Acajá Axé Odo). Sua missão está fundamentada na salvaguarda das tradições ancestrais, no fortalecimento da liderança de mulheres negras e no enfrentamento ao racismo, articulando oralidade, gastronomia tradicional, musicalidade e corporeidade como tecnologias de transformação social.

Reconhecida como Ponto de Cultura Viva, a instituição desenvolve ações contínuas de formação, entre elas os projetos *Acajá Sabores e Encantos*, *Acajá Encruzilhada da Inclusão* e o programa *Consciência Negra o Ano Inteiro*. Seu acervo material e imaterial se expressa por meio dos rituais sagrados e em práticas artísticas que abrangem dança afro, percussão, capoeira, indumentárias, adereços carnavalescos e artes visuais. Ao articular estética diaspórica, acessibilidade e educação comunitária, a casa reafirma o terreiro como território vivo de preservação e transmissão da memória afro-brasileira.

Instituto de Estudos Brasileiros da USP |

Fundo Milton Santos

O arquivo pessoal de Milton Santos está sob a guarda do Instituto de Estudos Brasileiros da USP (IEB/USP). Nascido em 1926, em Brotas de Macaúbas (Bahia), e falecido em 2001, em São Paulo, o geógrafo e intelectual brasileiro foi professor emérito da USP e lecionou em instituições no Brasil, nas Américas, na África e na Europa. Formado em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), concluiu o doutorado em Geografia na *Université de Strasbourg*. Foi o único brasileiro a receber o Prêmio Vautrin Lud, considerado o “Nobel da Geografia”, além de diversos títulos de Doutor Honoris Causa. O *Fundo Milton Santos* preserva e disponibiliza seu legado intelectual, marcado pelo pensamento crítico e humanista, pela defesa da justiça social e pela valorização dos territórios periféricos.

Com mais de 50 mil documentos, o acervo reúne originais de obras e artigos, cartas, planos de aula, fotografias, fichas de leitura, estudos, publicações e registros de conferências. O conjunto documenta sua trajetória acadêmica, intelectual, política e social e evidencia o caráter interdisciplinar de sua produção, em diálogo com áreas como geografia, urbanismo, comunicação, antropologia, história, linguística e artes, entre outras. Por meio de exposições, publicações, pesquisas e ações formativas, o IEB/USP amplia o acesso ao pensamento de Milton Santos e contribui para a preservação da memória científica e cultural brasileira.

Museu Afro Brasil Emanuel Araujo

Inaugurado em 2004, no Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega, no Parque Ibirapuera, o *Museu Afro Brasil Emanuel Araujo* é uma instituição pública paulista gerida pela Associação Museu Afro Brasil. Criado a partir da coleção de seu idealizador, o artista e curador Emanuel Araujo (1940–2022), o museu contribuiu para ampliar a historiografia da arte no país ao evidenciar o protagonismo negro na formação da cultura brasileira. Em seus 11 mil metros quadrados, articula áreas expositivas, abrigando também a Biblioteca Carolina Maria de Jesus e o Teatro Ruth de Souza, homenagens a duas criadoras que marcaram a história das artes negras no Brasil.

Seu acervo reúne mais de 20 mil itens, distribuídos entre fundos museológico, arquivístico e bibliográfico, integrando produções artísticas, históricas e religiosas de matrizes africanas, afro-brasileiras e diaspóricas. O conjunto abrange pinturas, esculturas, gravuras, documentos textuais, fotografias e registros audiovisuais, disponibilizados continuamente para pesquisa e ações educativas presenciais e digitais. Ao entrelaçar arte sacra popular, barroco, modernismo e produção contemporânea, o *Museu Afro Brasil Emanuel Araujo* consolida-se como referência máxima na preservação, valorização e difusão das memórias e ancestralidades negras.

Museu Itamar Assumpção - MU.ITA

O *Museu Itamar Assumpção* (MU.ITA) é uma instituição privada sem fins lucrativos, fundada em 2020, na cidade de São Paulo, pela família do artista, com o apoio de parceiros e colaboradores comprometidos com a preservação da memória negra brasileira. Criado em formato virtual, dedica-se à preservação, à ampliação e à difusão do legado de Itamar Assumpção, um dos nomes de destaque da música e da palavra no Brasil, reconhecido por sua inovação estética, poética e política. O museu mantém viva sua trajetória e promove reflexões sobre identidade, ancestralidade, arte e resistência. Primeiro museu virtual dedicado a um artista negro brasileiro e primeiro a ser traduzido para o iorubá, afirma a diversidade cultural e linguística como dimensão essencial da memória.

O acervo reúne cerca de 4 mil itens, entre objetos pessoais, figurinos, fotografias, desenhos, textos, vídeos, músicas e pesquisas acadêmicas, abrangendo diferentes fases da vida e da carreira de Itamar. Por meio de exposições físicas e virtuais, produções audiovisuais e de um projeto educativo afrocentrado, o MU.ITA amplia o acesso à coleção e promove sua difusão pública, conectando a obra do artista às suas raízes afro-diaspóricas e às novas gerações de artistas e pesquisadores. Como espaço plural, crítico e vivo, o museu articula diferentes linguagens, gerações e perspectivas afro-brasileiras, contribuindo para ampliar o debate sobre cultura e memória negras no Brasil.

Museu da Pessoa

Criado em São Paulo, em 1991, o *Museu da Pessoa* é uma instituição virtual e colaborativa voltada ao registro, à preservação e à difusão de histórias de vida. Como organização da sociedade civil sem fins lucrativos, conecta trajetórias individuais à construção da memória coletiva, reunindo mais de 18 mil relatos gravados e 60 mil documentos e imagens que registram o cotidiano e a vida privada no país. Ao longo de sua trajetória, tem desenvolvido projetos de escuta voltados a povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, além de populações LGBTQIAPN+, fortalecendo a oralidade como patrimônio e ferramenta de cidadania.

No âmbito dos acervos e memórias afro-brasileiras, o museu lançou, em 2020, o tema *Vidas Negras*, convidando intelectuais, artistas e lideranças a compartilharem suas vivências e reflexões sobre as dinâmicas raciais no contexto político e social brasileiro. Naquele mesmo ano, em parceria com o *Geledés - Instituto da Mulher Negra*, realizou a Mostra Audiovisual *Entre(Vivências)Negras*, com produções inéditas desenvolvidas a partir de testemunhos arquivados em seu acervo. Aberto à colaboração contínua por meio de sua plataforma digital e por ações híbridas, o *Museu da Pessoa* consolida essas narrativas como parte fundamental da construção da identidade nacional.

Museu das Favelas

Inaugurado em novembro de 2022 e sediado no Centro Histórico de São Paulo, o *Museu das Favelas* é uma instituição pública gerida pelo Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG). O museu atua em diálogo com favelas de diferentes regiões do país, reconhecendo-as como territórios de memória, invenção e articulação política. Sua missão é assegurar o protagonismo dessas populações, salvaguardando suas narrativas e difundindo suas produções culturais por meio de mostras, pesquisa e ações formativas. Pautada pela escuta ativa e pela parceria com coletivos periféricos, a instituição desenvolve iniciativas como o CORRE (Centro de Empreendedorismo) e o CRIA (Centro de Referência), responsáveis por aprofundar investigações curatoriais e educativas.

Construído com a participação comunitária, seu acervo reúne objetos e mais de 1,5 mil títulos em sua biblioteca. Esse conjunto subsidia a exposição de longa duração *Sobre Vivências*, em especial o módulo “Morar”, que retrata experiências e lutas cotidianas nas periferias urbanas. Contemplado, em 2025, com o Selo de Igualdade Racial por seu compromisso com as pautas antirracistas, o *Museu das Favelas* amplia a visibilidade dessas vivências no cenário cultural, contribuindo para ressignificar os imaginários sociais sobre os territórios populares e a memória afro-brasileira.

Quilombo São Pedro

Localizado em Eldorado, no Vale do Ribeira (São Paulo), o *Quilombo São Pedro* remonta a 1825, quando foi fundado por Bernardo Furquim e Roza Machado, pessoas negras libertas. Titulado em 2001 e organizado por sua associação comunitária, pioneira na região, o território abriga cerca de 55 famílias. Em 2014, foi criado o Grupo de Trabalho Museu/Casa de Memória, com o propósito de preservar narrativas e fortalecer a identidade cultural local. A partir de formações e parcerias, especialmente com o *Museu Afro Brasil Emanuel Araújo*, consolidou-se a perspectiva de que a comunidade constitui um museu vivo, articulando memória, educação antirracista e a participação nos debates museológicos e nas políticas públicas.

A Casa de Memória reúne acervos relacionados ao cotidiano e à ancestralidade comunitária, como pilões, ferros de passar, cadernos de música, fotografias e ferramentas que narram os modos de vida no Vale do Ribeira. Essa produção cultural deu origem à mostra *Roça é Vida*, exibida no *Museu Afro Brasil* e no *Sesc Registro*, impulsionando o turismo de base comunitária. Ao integrar o Guia da Rede de Acervos Afro-Brasileiros, a instituição potencializa a difusão de seu patrimônio e reafirma o protagonismo quilombola na construção da história e da memória social do país.

SOWETO Organização Negra

Fundada em 1991 em São Paulo, a *SOWETO Organização Negra* atua como centro de referência da memória negra brasileira, articulando a preservação arquivística à luta antirracista e à igualdade racial. A instituição desenvolve ações de formação política, difusão e cooperação com centros de pesquisa, como a Unicamp e o Afro-CEBRAP, impulsionando ações afirmativas no meio acadêmico. Em contínuo trabalho de organização e sistematização, salvaguarda registros das contribuições da população negra no país, subsidiando práticas pedagógicas, iniciativas culturais e a implementação da Lei 10.639/2003, voltada à educação das relações étnico-raciais e ao ensino de história e cultura afro-brasileira.

Seu acervo reúne conjuntos documentais produzidos por diversas organizações e militantes em marchas, campanhas e atos públicos realizados nas últimas décadas. Entre os materiais estão manifestos, panfletos, cartilhas, cartazes e fotografias que registram debates centrais, como saúde, educação e as condições de vida das mulheres negras. Destacam-se a *Coleção Cartazes em Movimento – Acervo Flávio Jorge*, com cerca de 600 peças já digitalizadas, e a *Biblioteca Luiz Gama*, incorporada em 2007, que reúne obras e coleções especiais de autoria negra e diaspórica. Em processo de reorganização para atendimento público, a *Soweto* preserva a memória viva das lutas e do protagonismo negro contemporâneo.

SUL

BAHI RIO GRANDE DO SUL

Capoeira Park | Acervo Pedro Homero

Pedro Homero nasceu em Porto Alegre, em 26 de março de 1936, e se destacou como artista plástico, músico e articulador da cultura negra na cidade. Com atuação político-social, participou do 1 Fórum Social Mundial, foi um dos articuladores da Frente Negra de Artes e contribuiu para a criação da lei que instituiu o 20 de novembro como Dia da Consciência Negra. Faleceu em 2005, deixando um legado preservado por pessoas ligadas à sua trajetória, entre elas sua sobrinha Priscila Homero e o capoeirista Cássio Tambor. A *Capoeira Park* busca preservar e dar visibilidade à sua trajetória como artista e ativista da cultura negra no Rio Grande do Sul e no Brasil.

O acervo reúne pinturas, a gravação do álbum *O Assunto é Violão*, registros de sua participação em festivais da canção e materiais de colaboração com artistas como Lupicínio Rodrigues. Destaca-se também a obra *Orixás: Pintura e Poesia* (1995), produzida com o poeta Oliveira Silveira, com pinturas que retratam os orixás do batuque no Rio Grande do Sul. O conjunto evidencia a diversidade de sua produção e a relevância de sua atuação cultural, social e política. Por meio da preservação e divulgação do acervo, a *Capoeira Park* procura valorizar o legado do multiartista e sua contribuição para a luta pelos direitos sociais e civis da população negra.

